

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO**  
**EDILAINE BERNARDES DA SILVA**

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E CONTROLE EM UMA  
ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA DO TERCEIRO SETOR**

**CURITIBA**

**2013**

**EDILAINÉ BERNARDES DA SILVA**

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E CONTROLE EM UMA  
ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA DO TERCEIRO SETOR**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Controladoria.

Orientadora: Profª Drª Mayla Cristina Costa

**CURITIBA**

**2013**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de cursar a Pós- Graduação em Controladoria na Universidade Federal do Paraná\_ UFPR.

Aos meus pais, Milton e Celma Maria por todo amor, incentivo e dedicação.

Ao meu amor, Paulo Ernesto, pela paciência e apoio nos momentos mais difíceis desta caminhada.

À minha professora orientadora, Dr<sup>a</sup> Mayla Cristina Costa, pela dedicação com que me acompanhou e orientou.

Agradeço também a todas as pessoas que compõe a Igreja, pela demonstração de interesse em me ajudar, principalmente ao Contador da Cúria, ao Pároco e membros da CAEP da Paróquia que visitei, pela atenção desprendida, pela disponibilidade e franqueza nas explicações solicitadas.

A todos os professores (as) e aos amigos (as) que conquistei ao longo do curso e que partilharam horas de dedicação, esforço, ansiedade, alegria, diversão e crescimento.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada!

## RESUMO

O Terceiro Setor abrange entidades sem fins lucrativos que desempenham funções cada vez mais relevantes na sociedade. Com o crescimento dessas instituições surgiu a necessidade de demonstrar clareza na aplicação dos recursos e nos resultados obtidos. Desta forma, a contabilidade passou a ser de grande importância nesse segmento de mercado. As Igrejas são um espaço fértil para a atuação de um profissional da área contábil, haja vista que seus gestores, os padres, não são preparados para assumir esta responsabilidade, são preparados apenas no campo da espiritualidade. Sendo assim, este trabalho propõe um estudo sobre a importância da informação contábil no processo de gestão e controle nas Organizações Religiosas do Terceiro Setor, com o objetivo de identificar os controles de gestão utilizados em uma Paróquia da Mitra da Arquidiocese de Curitiba. Para o alcance desse objetivo foi realizado um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa. Dessa forma delineou-se uma visão geral para aprofundar-se em uma paróquia específica, onde são abordados: sua organização, suas peculiaridades, os membros atuantes e suas divergências gerenciais na visão da contabilidade. Constataram-se, a partir das informações coletadas, os seguintes controles de gestão: Controle de Recebimento de dízimo, doações e coletas; Controle de Contas a Pagar e a Receber; Relatório de Caixa e Bancos e Demonstrativo Financeiro; Controle de repasses entre Paróquia (Matriz) e suas Capelas. Verificou-se também, que a contabilidade é a ferramenta de auxílio nas tomadas de decisões pelo gestor eclesial da entidade pesquisada.

**Palavras-chaves:** Terceiro Setor, Igreja Católica, gestão, controles internos, peculiaridades e divergências.

## **ABSTRACT**

The Third Sector includes nonprofits that play increasingly important roles in society. With the growth of these institutions came the need to establish clarity in the application of resources and outcomes. Thus, accounting has become of great importance in this market segment. Churches is a fertile space for the performance of a professional accounting area, considering that their managers, the priests, are not prepared to assume this responsibility, are prepared only in the field of spirituality. Thus, this work proposes a study on the importance of accounting information in the management and control in the Religious Organizations of the Third Sector, in order to identify management controls used in a parish of the Archdiocese of Curitiba Mitra. To achieve this goal we performed a descriptive exploratory study with a qualitative approach. Thus was outlined an overview to delve into a specific parish, which are covered: its organization, its peculiarities, the active members and their differences in view of managerial accounting. It was discovered that, from the information collected, the following management controls: Control Receiving tithes, donations and collections; Control Accounts Payable and Receivable, Cash and Banks Report and Financial Statement, control transfers between Parish (Matrix) and its chapels. It was also found that accounting is a tool to aid in decision making by the manager of the ecclesial body searched.

**Keywords:** Third Sector, Catholic Church, management, internal controls, peculiarities and differences.

## **LISTA DE SIGLAS**

CAEP - Comissão de Assuntos Administrativos e Econômicos Pastorais

CDC - Código de Direito Canônico

CFC - Conselho federal de Contabilidade

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DOU - Diário Oficial da União

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Configuração do terceiro setor no início do século XXI.....	19
Figura 2. Organograma da Igreja Católica Apostólica Romana .....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização do Terceiro Setor.....	22
Quadro 2. Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos .....	22
Quadro 3. Principais Categorias do Terceiro Setor no Brasil .....	24
Quadro 4. Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor.....	28
Quadro 5. Desafios da gestão paroquial e práticas contábeis adotadas para a minimização desses desafios.....	47



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	12
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA .....	13
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	14
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO .....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>30</b>
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>33</b>
4.1 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS.....	33
4.2 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IGREJA CATÓLICA .....	34
4.3 ADMINISTRAÇÃO PAROQUIAL .....	37
4.4 REGISTRO CONTÁBIL NA ARQUIDIOCESE E PARÓQUIAS.....	40
4.5 UTILIZAÇÃO DE CONTROLES DE GESTÃO EM UMA PARÓQUIA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA.....	42
4.6 DIVERGÊNCIAS DA GESTÃO PAROQUIAL .....	46
<b>5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>50</b>
5.1 CONCLUSÃO .....	50
5.2 RECOMENDAÇÕES.....	52
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe um estudo sobre os principais aspectos da contabilidade aplicada às organizações do Terceiro Setor, procurando evidenciar a importância desta ciência no processo de gestão e controle dessas instituições.

O contexto econômico atual está composto por três setores distintos que auxiliam na movimentação da economia e permitem o crescimento da sociedade, são eles: o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor (a sociedade civil).

O Primeiro Setor é representado pelo Estado. De acordo com Araújo (2005), é o setor que, por meio de seus Órgãos e entidades, exerce várias atividades nos âmbitos político, administrativo, econômico e financeiro, tendo como objetivo o suprimento das necessidades básicas da população.

No Segundo Setor, situam-se as empresas privadas com finalidade lucrativa. Exercem as suas atividades visando obter lucros a fim de distribuir aos investidores como remuneração do capital investido (ARAÚJO, 2005).

Denominado de Terceiro Setor está o relevante número de organizações sem fins lucrativos e não governamentais que utilizam recursos públicos e privados para a realização de suas atividades visando suprir a lacuna deixada pelo Estado no cumprimento de suas obrigações com as questões sociais. Dessa forma, passaram a ocupar um papel de destaque na sociedade (ARAÚJO, 2005).

A principal fonte de recursos dessas entidades são as doações, subvenções e contribuições oriundas de terceiros, quer sejam pessoas físicas, empresas privadas ou órgãos governamentais. Por esse motivo faz-se necessário, cada vez mais, administrar com clareza os seus recursos para melhor alcançar os seus objetivos e realizar suas diversas atividades.

Diante do exposto, a contabilidade pode contribuir como principal ferramenta de gestão e controle na administração dos recursos financeiros utilizados pelas entidades do Terceiro Setor, além do que, a informação contábil é um instrumento de grande importância para a tomada de decisão e evidência das responsabilidades das instituições perante a sociedade.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

O presente estudo apresenta como tema A Contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor.

Atualmente, a Igreja Católica Romana é uma das maiores Organizações Religiosas. Sua organização ocorre desde a sua existência. Dentro dessa organização são feitas divisões e atribuições quanto aos templos, como Arquidiocese, que é uma circunscrição eclesiástica a Igreja Católica e Ortodoxa, e tem como autoridade máxima o Arcebispo (BERNARDO, 2010).

Na Arquidiocese encontra-se o Departamento de Contabilidade, responsável pela centralização do registro contábil e financeiro das Paróquias e suas respectivas capelas, conforme o Código do Direito Canônico e legislação fiscal do país (BERNARDO, 2010).

De acordo com Delaméa (2002, p. 7), “A Paróquia é uma comunidade de fiéis, constituída na igreja particular ou diocese sob os cuidados do Pároco, que tem como autoridade máxima, o Bispo Diocesano.”

As Paróquias são orientadas pelo Departamento Contábil de como proceder quanto ao controle e movimento dos documentos, dos saldos de caixa e bancários. Esse acompanhamento tem como objetivo atender a legislação fiscal e/ou vigente do país.

Diante do exposto, a questão de pesquisa que orienta a presente investigação é a seguinte: Como a contabilidade pode ajudar uma Organização Religiosa do Terceiro Setor a melhorar seu processo de tomada de decisão e, assim, maximar a utilização de seus recursos?

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

“Os objetivos indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa. Normalmente, constituem-se em ações propostas para responder à questão que representa o problema.” (BEUREN, 2003, p. 65).

Para responder à questão de pesquisa formulada anteriormente, estabelecem-se os seguintes objetivos.

### 1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar a importância da informação contábil no processo de gestão e controle de uma Instituição Religiosa do Terceiro Setor.

### 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral e, conseqüentemente responder a questão de pesquisa proposta, faz-se necessário um maior detalhamento através de objetivos específicos, que são:

- Descrever o Terceiro Setor e sua legislação vigente;
- Descrever a Igreja Católica e a sua hierarquia;
- Identificar as demonstrações contábeis utilizados pelos gestores eclesiais para as tomadas de decisões;
- Identificar os controles de gestão utilizados pela Paróquia e suas Capelas;
- Verificar se os demonstrativos contábeis utilizados pelos gestores eclesiais são adequados para o processo de gestão e controle de recursos financeiros.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A Contabilidade, como ciência social tem como objetivo promover as informações necessárias para que seus usuários possam analisar a natureza econômica, financeira, física e de produtividade de uma entidade, não importando o seu segmento: público, privado ou Terceiro Setor.

As Entidades Sem Fins Lucrativos buscam cada vez mais espaço e procuram evidenciar com mais clareza os resultados da administração geral, que engloba não apenas a atividade humana, mas também a econômico-financeira. Nas Organizações Religiosas as atividades administrativas desenvolvidas para a

atividade fim das paróquias são aquelas desenvolvidas pela pastoral social. Quanto à atividade meio são aquelas dirigidas aos assuntos financeiros e administrativos.

Diante do exposto Delaméa (2002, p. 7) cita que:

Observemos que nas paróquias grande parte das atividades administrativas se desenvolve fora da atividade econômica: é neste setor que se realiza atividade fim (pastoral). A administração econômica entra como atividade meio, necessária e indispensável para a concretização da atividade fim. Esta dupla dimensão da administração deve estar integrada, formando uma unidade, tendo em vista os fins almejados.

O tema escolhido aborda em especial a Igreja Católica, uma instituição religiosa que, desde os tempos passados até hoje é vista de forma um tanto “misteriosa” por não publicar seus dados em meios públicos de fácil acesso.

Neste sentido o presente trabalho tem o intuito de contribuir e provocar reflexão sobre a importância da contabilidade para as entidades sem fins lucrativos, particularmente as Organizações Religiosas, sendo um instrumento de gestão e auxílio nas tomadas de decisões.

De acordo com Olak e Nascimento (2008, p. 4) a contabilidade pode contribuir no processo de gestão dessas organizações:

Fica evidenciada a importância da contabilidade, que é definida como um sistema de informação e mensuração que passou a ser requerida em diversos momentos pelos vários organismos governamentais e não governamentais, para fornecer-lhes Demonstrações Contábeis e outras informações por ela geradas, para fins de prestação de contas das ações dessas entidades.

A importância da contribuição teórica do trabalho para a Contabilidade é em relação aos esclarecimentos de termos religiosos. A junção do conhecimento técnico com os termos e peculiaridades da Igreja representam um segmento de mercado que os profissionais na área contábil podem atuar fortemente, visto que estes profissionais tem uma responsabilidade social de grande importância no que diz respeito ao processo de crescimento e fortalecimento dessas instituições sem fins lucrativos.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em vista a amplitude e complexidade da Organização da Igreja Católica, opta-se por analisar uma única Paróquia da Arquidiocese de Curitiba, que poderia servir de modelo às demais. Por esse motivo, os resultados obtidos nessa pesquisa restringem-se ao caso pesquisado, não devendo generalizá-los às demais Paróquias da Arquidiocese de Curitiba.

A Paróquia analisada localiza-se na região metropolitana de Curitiba e é responsável por vinte Capelas aos seus arredores além da própria comunidade onde a Paróquia se encontra.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta as considerações introdutórias a respeito do tema e problema da pesquisa, os objetivos a serem abordados e a justificativa do estudo.

A Fundamentação Teórica abordará a origem, os conceitos e as características do Terceiro Setor; bem como a gestão organizacional e as práticas contábeis utilizadas por este setor.

A metodologia da pesquisa evidenciará a classificação da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da mesma.

A Descrição e Análise de Dados tratarão da organização da Igreja Católica como um todo, da sua administração paroquial e suas peculiaridades, dos registros contábeis na paróquia, dos métodos e controles de gestão utilizados em uma paróquia escolhida e as divergências comuns no gerenciamento da mesma.

Por fim são apresentadas as conclusões e recomendações seguidas das referências bibliográficas utilizadas no trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo versará sobre a origem, a definição e caracterização do Terceiro Setor, bem como suas principais categorias. Abordará, ainda, a gestão organizacional e as práticas contábeis utilizadas.

### 2.1 ORIGEM HISTÓRICA DO TERCEIRO SETOR

A expressão “terceiro setor” surgiu na década de 70, derivada do termo inglês *Third Sector* que faz parte do vocabulário sociológico dos Estados Unidos. Nesse país essa expressão costuma ser usada paralelamente a outras, entre as quais duas se destacam: Organizações Sem Fins Lucrativos (*Non Profit Organizations*), e Organizações Voluntárias (*Voluntary Organizations*). (MARTINS *et al*, 2008, p. 65).

Diante disso, Oliveira (2003, p. 7) cita que:

O termo terceiro setor tem a sua origem nos Estados unidos, e a expressão organizações sem fins lucrativos vem de seu vocabulário sociológico, que a ideia principal gira em torno de um modelo acionário em que o excedente financeiro não pode ser distribuído em forma de lucro aos diretores. Na Europa Continental, tais organizações assumem a conotação de “não governamentais” destinadas a promover projetos de desenvolvimento social onde houvesse demanda.

De acordo com Silva (2010) “Nos alicerces do Terceiro Setor Brasileiro estão os princípios da filantropia e da caridade religiosa.” Ainda segundo o mesmo autor, as primeiras organizações da sociedade civil nacional no Brasil foram as Santas Casas de Misericórdia, que remontam aos meados do século XVI e se encontram atuantes até hoje.

De acordo com Cabral (2007, p. 56), a atuação direta do Estado na área social era mínima e o atendimento às camadas carentes da população,

[...] apoiava-se em um modelo importado pelas Casas de Misericórdias portuguesas, de iniciativas caritativas e cristãs, que tratavam a questão social como de resolução da sociedade, mediante a criação de asilos,

educandários e corporações profissionais. [...] Nessa origem está a primeira Santa Casa de Misericórdia fundada em Santos por Brás Cubas, em 1543, e a primeira doação voluntária que consta do testamento da senhora Isabel Fernandes que, em 1599, dizia: “Deixo à Misericórdia mil réis.

Essas considerações são reforçadas por Laurindo (2006, p. 59) quando afirma que “As Santas Casas de Misericórdia eram instituições parcialmente movidas pelo trabalho voluntário que a igreja católica implantou no Brasil no século XVI, conforme modelo trazido de Portugal.”

Diante disso, Landim e Carvalho (2007, p. 6) *apud* Silva (2010, p. 5) ressaltam que:

O Brasil Colônia foi formatado por um Estado autoritário e centralizado, em simbiose com a Igreja Católica. [...]. Diz-se que a sociedade civil foi “construída” pelo Estado — a Coroa portuguesa — através de mandato concedido à Igreja. [...] Educação, saúde, assistência, lazer, passavam fundamentalmente pelos espaços e organizações ligadas ao catolicismo o qual, ainda hoje, é uma referência relevante na organização da filantropia, de uma cultura da “doação”, da assistência e também (através de organismos e espaços relacionados à Igreja) das redes de organizações para o desenvolvimento. Nesse sentido, fazer a história de organizações civis, do tipo associativo e voluntário, com autonomia do Estado ou da Igreja, durante a maior parte da construção da sociedade brasileira, é como procurar agulha em palheiro.

Conforme Silva (2010, p. 1305) “Do período colonial até o final do século XIX novas organizações foram surgindo, tendo em comum a origem religiosa e a prática assistencialista às comunidades carentes que ficavam às margens das políticas sociais básicas.”

A partir dessa reflexão pode-se afirmar que as atividades de cunho social tiveram seu início por intermédio da Igreja Católica, através das ações filantrópicas de natureza caritativa.

Somente como o Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890, o qual determina a separação, de fato, entre a Igreja e o Estado, este passou a assumir a sua função social. Até então, o monopólio na área social era das Igrejas. Landim (1998 *apud* Pancieri, 2001, p. 112) confirma: “Até o final do século XIX, grande parte do que havia se consolidado no Brasil em termos de assistência social, saúde, educação, constituía-se em organizações sem fins lucrativos criados pela Igreja Católica com o mandato do Estado.”

Até mesmo durante a República Militar (1964-1988), a Igreja preservou a sua independência e manteve sua atuação fora do alcance direto do regime. Neste sentido Pancieri, (2001, p.115) afirma que:



Os movimentos sociais autônomos ao regime cresceram e se desenvolveram sob a cobertura da Igreja e assumiram um caráter libertador, politizador e revolucionário. Para além dos sindicatos e partidos surgiram numerosas e “invisíveis” organizações civis, localizadas em bairros populares, constituindo-se talvez nos primeiros atores sociais verdadeiramente autônomos, em relação ao Estado, e mais tarde, em relação à própria igreja.

Ainda segundo o mesmo autor, o nascimento do novo setor no Brasil surgiu através da Igreja que o acobertou, apesar de, inicialmente, continuar detendo algumas áreas filantrópicas. Sua tradição e força se estendiam por várias áreas, chegando ao ponto de participar do processo de elaboração da nova Constituição Federal (1988). Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1990, p. 30) “A Igreja Católica no Brasil assumiu o processo Constituinte como um momento privilegiado para o povo brasileiro.”

O Terceiro Setor originou-se, dessa forma, através da ineficiência do Estado que, não conseguindo assumir as suas responsabilidades estimulou o surgimento de um novo setor que solucionasse os problemas. Mas surgiu, principalmente, a partir de relações orientadas pelos laços de solidariedade e partilha entre os indivíduos e a certeza de que é preciso organizar-se para o atendimento de anseios básicos que não estão sendo supridos.

Segundo Silva (2010, p. 1318):

Ao longo de cinco séculos, o terceiro setor brasileiro veio ampliando seu espaço de atuação, em função das próprias demandas sociais da população e de mudanças institucionais diversas, intensificadas principalmente após a década de 70. Contudo, foi a partir da década de 90 que se delineou o atual panorama do terceiro setor brasileiro. [...] Surgiram veículos de comunicação especializados em questões concernentes ao setor. A legislação também sofreu modificações, incluindo a promulgação das leis do voluntariado nas Ocips e a reformulação do Código Civil. Em nenhum período a gestão das organizações foi posta em foco. Todas as práticas de gestão até então desenvolvidas foram reforçadas e novas práticas foram introduzidas, como o marketing especializado, a gestão de voluntários e as auditorias externas. Ainda observou-se a formação de profissionais especialistas em “terceiro setor”.

Diante do exposto, a figura 1 demonstra a evolução do terceiro setor desde a sua origem até o início do século XXI.

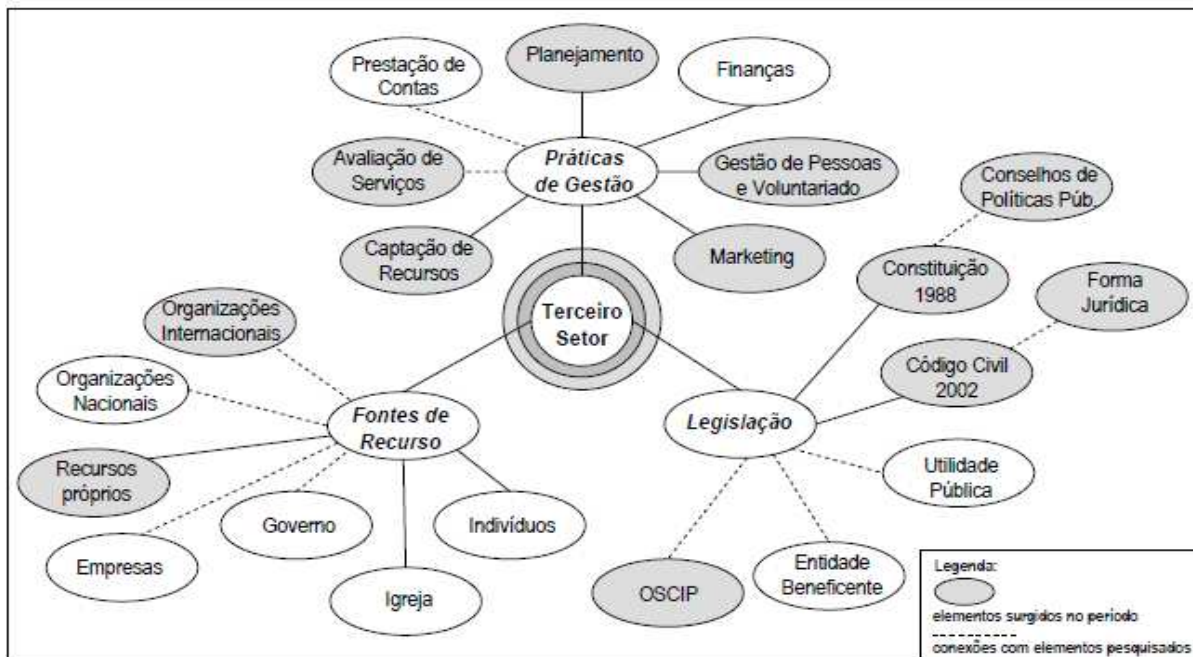


Figura 1. Configuração do terceiro setor no início do século XXI  
 Fonte: Silva (2010, p. 1319)

## 2.2 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Primeiramente, faz-se necessário a conceituação do termo Terceiro Setor. Essa tarefa não é simples, visto que não existe ainda um entendimento concreto do que é Terceiro Setor. São diversas tentativas de definição do terceiro setor, motivo de intenso debate e polêmica, sobretudo nos anos 90.

O conceito de Terceiro Setor é bastante abrangente e encontra-se em processo de desenvolvimento, uma vez que são inúmeras as denominações que recebe em virtude da diversidade de organizações que o compõe, como também das diferentes formas e áreas de atuação. Porém, o conceito mais aceito atualmente é o de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum.

O Terceiro Setor pode ser definido também, como sendo um setor formado por entidades que não pertence nem ao setor público nem ao privado, e possuem como maior objetivo o atendimento às necessidades da coletividade. Neste sentido (Olak, 2000, p. 23) enfatiza que “Ser Terceiro Setor significa participar de um terceiro segmento, além do estado e do mercado.”

De acordo com Hudson (1999, p. 11):

Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

Conforme Cabral (2007) “A denominação Terceiro Setor é uma nomenclatura geral adotada para distinguir um conjunto de organizações sociais particulares daquelas organizações empresariais lucrativas e de organizações governamentais.”

Já na concepção de Vilanova (2004) “O Terceiro Setor é um conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visem a prestação de serviços considerados de interesse público, cujos resultados obtidos se reverterem à própria sociedade.” Fischer (2002, p. 45) definindo o termo, afirma que:

Terceiro Setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Sua presença no cenário brasileiro é ampla e diversificada, constituída por organizações não governamentais, fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas, associações culturais, educacionais, as quais desempenham papéis que não diferem significativamente do padrão conhecido de atuação de organizações análogas em países desenvolvidos. Essas organizações variam em tamanho, grau de formalização, volume de recursos, objetivo institucional e forma de atuação.

Para Oliveira (2003) o Terceiro Setor é um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a auto-expressão, a solidariedade e a ajuda mútua e devem-se considerar aspectos institucionais e econômicos. “São organizações públicas privadas, porque estão voltadas não à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, mas para a realização de interesses públicos; entretanto, estão desvinculadas do aparato estatal.” (JUNQUEIRA, 2002, p. 104).

Esse novo campo de atuação, denominado Terceiro Setor, teve seu surgimento por meio de um relevante número de organizações estruturadas por iniciativas individuais dos cidadãos, fora do aparato formal do Estado, e cresce em número e qualidade, passando a ser reconhecido pelo importante papel desempenhado na sociedade.

O Quadro 1, a seguir, evidencia as diversas pesquisas realizadas por vários autores no sentido de melhor definir as instituições do Terceiro Setor. Segundo Guimarães *et al* (2010) “Os autores aqui citados, quando conceituam o Terceiro Setor convergem para uma característica em comum: a finalidade.” Ainda segundo o

mesmo autor, “Todos são unânimes em afirmar que as entidades as quais compõem este setor possuem interesses sociais, prestando serviços que visam o bem estar coletivo. Além disso, mantém autonomia em relação ao Estado.”

AUTOR (ES)	CARACTERIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR
<b>SALOMON e ANHEIER (1992)</b>	As organizações apresentam cinco características básicas: são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar certo nível de participação voluntária.
<b>SNA (1993)</b>	Instituições sem fins lucrativos são entidades jurídicas ou sociais criadas com a finalidade de produzir bens e serviços cujo estatuto não lhes permite ser uma fonte de rendimentos, lucros ou outros benefícios financeiros para as unidades que estabelecem, controlam ou financiam. Na prática, as suas atividades produtivas são obrigadas a gerar <i>superávit</i> ou <i>déficit</i> , mas quaisquer excedentes não podem ser apropriados por outras unidades institucionais.
<b>FERNANDES (1997)</b>	O Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.
<b>HUDSON (1999)</b>	Diferentes das organizações do setor público, não estão sujeitas ao controle público direto e, ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários; essas organizações têm mais independência para determinar seu próprio futuro. São criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias, e desejam, elas mesmas, tomarem providências nesse sentido.
<b>MEREGE E BARBOSA (2001)</b>	Estas organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, voltadas para atividades de relevante valor social, que independem de concessão ou permissão do poder público, criadas por iniciativa de particulares segundo modelo previsto em lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Estado.
<b>CAMARGO et al (2001)</b>	Pode-se considerar o Terceiro Setor como um “meio-termo” do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o setor privado no que tange às questões da melhora social, atuando como um agente de transformação social, que possui “sua missão ímpar de prestar um benefício coletivo, constrói uma consciência caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza econômica e à diversidade imersa de recursos naturais que detêm o Brasil”.
<b>TACHIZAWA (2002)</b>	O termo pode ser considerado mais amplo e neutro por conseguir abarcar as diversidades existentes entre as entidades. Este setor é formado por sociedades civis, com capacidade de empreender iniciativas, assumir responsabilidades, gerar projetos e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento do país.
<b>TENÓRIO (2002)</b>	Caracterizam-se por serem organizações autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades das organizações de base popular, complementando a ação do Estado, sem finalidade lucrativa; atuam por meio da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade, acrescentando que a sua sobrevivência independe da existência de lucro ou de mecanismos do mercado.

<b>PAES (2006)</b>	Conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria, que apresentam como função e objetivo, principalmente, atuar como voluntárias junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento.
--------------------	--

Quadro 1. Caracterização do Terceiro Setor

Fonte: Elaboração de Guimarães *et al* (2010, p. 134)

A partir dos conceitos acima identificados é possível definir as instituições sem fins lucrativos da seguinte forma: “São instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que não se reverte para seus membros ou mantenedores.” (OLAK e NASCIMENTO, 2008, p. 6).

São apresentadas, no Quadro 2, as principais características das entidades sem fins lucrativos.

Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos.			
1.	Objetivos institucionais	⇒	Provocar mudanças sociais (DRUCKER, 1994: XIV).
2.	Principais Fontes de Recursos Financeiros e Materiais	⇒	Doações, contribuições, subvenções e prestação de serviços comunitários.
3.	Lucro	⇒	Meio para atingir os objetivos institucionais e não o fim.
4.	Patrimônio/Resultados	⇒	Não há participação/distribuição aos provedores.
5.	Aspectos Fiscais e Tributários	⇒	Normalmente são imunes ou isentas
6.	Mensuração do Resultado Social	⇒	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente (SUMMERS e MOSCOVE, SIMKIN).

Quadro 2. Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos

Fonte: Olak e Nascimento (2008, p. 7).

## 2.3 PRINCIPAIS CATEGORIAS DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

O Terceiro Setor, representado pelas organizações da sociedade civil, tem como principal característica a promoção de interesses comuns com a finalidade de

combater grandes problemas do mundo atual. Essas organizações podem ser categorizadas de várias maneiras, mas a forma mais comum leva em conta as atividades que exercem.

A reforma do aparelho administrativo do Estado iniciada em 1995 inaugura uma nova fase na história das organizações sem fins lucrativos no Brasil. Mais do que colaboração marginal, uma marca registrada até meados dos anos 90, trata-se agora de uma relação formal de parceria com o Estado, firmado e articulado no âmbito da gestão social (OLAK e NASCIMENTO 2008, p. 13).

A partir daí, pode-se perceber que são seis as categorias que compõem o Terceiro Setor no Brasil, são elas: associações, Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, Organizações não governamentais (ONGs), Fundações privadas, Organizações Sociais (OS) e OSCIP's.

De acordo com as categorias apresentadas, o Quadro 3 evidencia as principais características de cada uma delas.

Categorias	Principais Características
1. Associações	São organizações baseadas em contratos estabelecidos livremente entre os indivíduos para exercerem atividades comuns ou defenderem interesses comuns ou mútuos. Estão voltadas para seus membros, compreendendo uma grande variedade de objetivos e atividades, tais como recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias e profissionais ( <i>memberserving organizations</i> ).
2. Organizações Filantrópicas, beneficentes e de caridade.	São organizações voltadas para seus clientes na promoção de assistência social (abrigo, orfanatos, centros para indigentes, distribuição de roupa e comida etc.) e de serviços sociais nas áreas de saúde e educação (colégios religiosos, universidades e hospitais religiosos). Também se inclui nessa categoria a filantropia empresarial. Embora estas organizações sejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro, o que as diferencia daquelas são seus valores intrínsecos de altruísmo, boa vontade e serviço à comunidade.
3. Organizações não governamentais (ONGs)	Como no caso das associações, são organizações comprometidas com a sociedade civil, movimentos sociais e transformação social. Embora também estejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro, diferenciam-se das associações por estarem raramente voltadas para seus próprios membros e estarem, sobretudo orientadas para "terceiros" grupos, ou seja, para objetivos externos aos membros que a compõem. Também se diferenciam das organizações filantrópicas - e isto é questão de honra para as ONGs - por não exercerem qualquer tipo de prática de caridade, o que seria contrário à sua ideia de construção de autonomia, igualdade e participação dos grupos populares.
4. Fundações Privadas	São uma categoria de conotação essencialmente jurídica. A criação de uma fundação se dá, segundo o Código Civil Brasileiro, pelo instituidor, que, através de uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado.

5. Organizações Cíveis de Interesse Públicos (OS)	Trata-se de um modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades publicizáveis (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica. É uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações cíveis sem fins lucrativos orientadas para o atendimento do interesse público.
6. Organizações Cíveis de Interesse Públicos (OSCIPs)	São pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de relevante valor social, que independem de concessão ou permissão do Poder Executivo, criadas por iniciativas de particulares segundo modelo previsto em lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Estado.

Quadro 3. Principais Categorias do Terceiro Setor no Brasil

Fonte: (Olak e Nascimento, 2008, p. 13) com adaptações da autora.

## 2.4 GESTÃO ORGANIZACIONAL NO TERCEIRO SETOR

A origem do termo gestão é derivada do latim *gestione* e significa gerir, gerência, administração. E administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando alcançar determinado objetivo. Por sua vez, gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos. Sendo assim, gestão é o ato de conduzir as empresas para a obtenção dos resultados desejados (GUIMARÃES *et al* 2008, p. 136).

O gestor é a pessoa responsável pela administração, uma vez que tem autoridade sobre os recursos e atividades, além da responsabilidade com os resultados desejados e alcançados. Nesse sentido, Guimarães *et al* (2008) concordam que “O gestor deve ser inteirar do sistema de gestão, que é compreendido como o processo de tomada de decisão, que inclui as etapas de planejamento, execução e controle.”

Direcionando a gestão para o Terceiro Setor, é possível afirmar que há alguns anos, a terminologia gerenciamento não era aplicada nas organizações sem fins lucrativos, devido a sua conotação com negócios e lucros. Porém, parte dessas organizações percebeu a necessidade de gerenciamento, tanto quanto uma empresa. Compreenderam que boas intenções não substituem liderança, responsabilidade, organização, desempenho e resultado. (DRUCKER, 2002 *apud* GUIMARÃES *et al* 2008, p. 137).

Muitas vezes, a gestão nessas organizações é exercida baseada na intuição e no bom senso, pois os objetivos são voltados para a finalidade da entidade. Os

gestores se deparam com inúmeras dificuldades, inclusive na própria formação profissional, pois na maioria dos casos não possuem embasamento técnico em administração.

Desta forma a gestão passa a ser o fator central para o desenvolvimento dessas instituições. Isso é ratificado por Falconer (1999) ao observar que, no Brasil, a deficiência no gerenciamento dessas organizações é um dos maiores problemas do setor. Ainda segundo o autor, o aperfeiçoamento da gestão, através da aprendizagem e da aplicação de técnicas oriundas do campo da Administração é um caminho necessário para atingir melhores resultados.

Diante do exposto, o problema fundamental do Terceiro Setor está relacionado à falta de capacitação em administração dos gestores dessas instituições, como pode ser confirmado pelo autor supracitado, ao dizer que “o perfil dessas organizações no Brasil parece, à primeira vista, apenas confirmar a percepção de que o problema do setor é, fundamentalmente, um problema de gestão.” (FALCONER, 1999, P. 111).

As organizações do Terceiro Setor vêm desenvolvendo um estilo próprio de gestão, deparando-se em suas particularidades com muitos desafios que dificultam sua permanência e sobrevivência. Neste sentido, Guimarães *et al* (2008, p. 138) afirmam que:

Não basta apenas o governo, a sociedade civil e as empresas se conscientizarem da importância de financiar projetos sociais; as próprias organizações do Terceiro Setor necessitam investir na sua gestão, nos seus gestores e na atividade de captação de recursos, não só para manter a sua sobrevivência, mas também a qualidade de seus serviços.

As entidades do Terceiro Setor possuem características próprias e devem ser levadas em consideração, principalmente os gestores que, em muitos casos, são os responsáveis pelo desenvolvimento e continuidade dessas organizações. Para uma entidade ser gerida com maior eficiência, é imprescindível a profissionalização da gestão organizacional.



## 2.5 PRÁTICAS CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR

A contabilidade é uma Ciência Social que tem por objeto de estudo o patrimônio das entidades, independente de qual seja o seu segmento, com o objetivo principal de fornecer informações sobre a situação econômica e financeira aos seus usuários. No caso das organizações do Terceiro Setor, o patrimônio pertence à sociedade, sendo indispensável a prestação de contas dos recursos utilizados através de informações financeiras, econômicas e patrimoniais contidas nas demonstrações contábeis. (ARAÚJO, 2005).

Além de ser instrumento de prestação de contas nas entidades sem fins lucrativos, as informações contábeis também são importantes para auxiliar os gestores na tomada de decisão, bem como captação e aplicação de recursos.

Nesse sentido Marion (2006, p. 23) afirma que:

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em formas de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisões.

No Brasil, a principal regulamentação contábil é a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, definida como Lei das Sociedades por Ações, recentemente alterada em alguns itens pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, para adequar a Lei das S/As à nova realidade brasileira. A estrutura patrimonial definida pela Lei das S/As é a base da contabilidade do Terceiro Setor.

Para (Araújo, 2005, p. 53):

Embora essa lei refira-se às Sociedades Anônimas, caracterizadas por terem seu capital social dividido em partes iguais e ideais denominadas ações e cujos sócios têm a sua responsabilidade limitada ao valor das ações que subscreveram, ainda assim essa lei pode ser aplicada às demais sociedades ou organizações que se utilizem de recursos escassos no cumprimento de seus objetivos.

De acordo como o exposto, entende-se que as organizações do Terceiro Setor estão autorizadas a fazer de partes da Lei das S/As, principalmente no que se refere às demonstrações contábeis e à escrituração de suas operações.

Os Órgãos Normativos da profissão contábil e do mercado\_ o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) \_ normas que estão em consonância com a Lei das

S/As e devem ser consideradas pelos profissionais que atuam na contabilidade das instituições, são as Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica.

Para as organizações do Terceiro Setor, o CFC, ao editar a NBC T-10, Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, dedicou 5 (cinco) itens para evidenciar os aspectos relacionados ao registro de operações e ao formato das demonstrações contábeis que se lhes aplicam.

O item 10.4 dessa NBC trata das Fundações, o item 10.8 trata das Cooperativas, o item 10.16 trata das entidades que recebem subsídios, subvenções e doações, o item 10.18 trata de entidades sindicais e associações de classe e, por fim, o item 10.19, de forma mais abrangente, trata das entidades sem finalidade de lucros.

A NBC T 10.19 em seu item 10.19.3.1 determina que as demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos atendam aos ditames da NBC T 3 e 6 que tratam do formato e da divulgação das Demonstrações Contábeis.

Além das normas específicas, as entidades sem finalidade lucrativa estão sujeitas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, como também às Normas Brasileiras de Contabilidade, suas Interpretações e Comunicados Técnicos.

Existem, também, outras regras no que se refere ao aspecto de preparação e apresentação das demonstrações contábeis para o Terceiro Setor, como as regras contidas no Regulamento do Imposto de Renda \_RIR/99\_ e na Lei do Terceiro Setor ou Lei das OSCIP\_ Lei nº 9.790/00, que cita apenas quais demonstrações devem ser preparadas e apresentadas por essas organizações.

De acordo com a NBC T 10 as demonstrações contábeis para o Terceiro Setor, são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Os demonstrativos contábeis tiveram as suas nomenclaturas alteradas com a finalidade de suprirem as necessidades de adaptação e a visualização da diferença entre uma entidade com finalidade lucrativa e outra que, embora tenha *superávit*, o reinveste em sua atividade-fim.

Diante do exposto, o quadro 4 a seguir apresenta as características e principais alterações das Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor.

Demonstração	Características	Principais alterações
Balanço Patrimonial	Informa a situação econômica, financeira e patrimonial da organização em determinado momento. No Ativo estão representadas as aplicações de recursos, no Passivo, as origens de recursos resultantes em obrigações e no Patrimônio Líquido os recursos próprios da entidade.	Substituição da conta Patrimônio Líquido para Patrimônio Social e mudanças na nomenclatura da conta de Lucro ou Prejuízos do Exercício, que aparece como <i>Superávit</i> e <i>Déficit</i> do Exercício.
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	Demonstração destinada a evidenciar a composição do resultado obtido num determinado período da entidade. Para o Terceiro Setor é o demonstrativo que apresenta quantitativamente o que a organização prestou em assistência social, refletindo o empenho dos gestores na utilização dos recursos.	A norma do CFC que trata das demonstrações contábeis para o Terceiro Setor alterou a nomenclatura da linha final do resultado, chamado de lucro ou prejuízo do exercício, para <i>superávit</i> ou <i>déficit</i> do período.
Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados	Evidencia os saldos no início do período, os ajustes dos exercícios anteriores, as reversões e transferências de reservas e o <i>superávit</i> ou o <i>déficit</i> do exercício, com o objetivo de explicar como e por que as diversas contas do patrimônio líquido modificam-se durante o período.	Como as organizações do Terceiro Setor não mantêm lucros ou prejuízos acumulados, essa demonstração torna-se inaplicável, devendo ser substituída pela Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido Social.
Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos	Evidencia as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade. Aplica-se ao Terceiro Setor por representar a forma como foram originados e aplicados seus recursos, e, ainda, por determinar a aplicação de políticas eficazes para o uso de seus recursos.	Tornou-se obrigatória para organizações do Terceiro Setor por meio da NBC T 10.19. Nesta demonstração a palavra Resultado também é alterada para <i>Déficit</i> ou <i>Superávit</i> .

Quadro 4. Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor

Fonte: Araújo (2005) com adaptação da autora.

Além das demonstrações contábeis identificadas anteriormente, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) também pode ser elaborada pelas organizações do Terceiro Setor, pois, segundo Marion (1998), *apud* Araújo (2005, p. 58), “Indica a origem de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro.”

A Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada de acordo com dois métodos distintos, que são: o Método Direto e o Método Indireto. Trata-se de um demonstrativo totalmente viável e útil para as entidades sem finalidade lucrativa,

pois permite aos gestores um planejamento financeiro, determinando o momento de se buscarem recursos para a manutenção e continuidade de suas atividades.

No que diz respeito às Notas explicativas, são um método de evidenciação e não Demonstrações Contábeis. Apesar disso, podem ser consideradas como um complemento dessas, e estão previstas na NBC T 6 e NBC T 10 como componentes do conjunto de demonstrações contábeis par fins de divulgação. Conforme Araújo (2005, p. 59), as notas explicativas “Incluem informações sobre as práticas contábeis não explicitadas nas outras demonstrações, mas que impactam a análise da situação econômica e financeira da organização.”

A principal finalidade das Demonstrações Contábeis exigidas pela Legislação Contábil brasileira é a evidenciação da situação patrimonial, econômica e financeira de uma entidade. Entretanto, isso não impede que as organizações do Terceiro Setor utilizem outros tipos de demonstrações complementares que auxiliem no processo de gestão e controle dessas entidades, como o Orçamento, um instrumento que utiliza dados contábeis para o cumprimento de sua finalidade. De acordo com Sanvicente e Santos (1995) *apud* Araújo (2005, p. 60) “O orçamento envolve tanto facetas de planejamento quanto de controle.” É uma peça contábil, cujos dados são colhidos no sistema de informações contábeis da organização. (ARAÚJO, 2005).

Por mais diversificado que seja o campo de atuação das organizações do Terceiro Setor, essas entidades necessitam da contabilidade como elemento fornecedor de informações, visto que é inconcebível que uma organização que faça uso de recursos escassos para a conquista de seus objetivos não possua um sistema contábil que auxilie na gestão do patrimônio.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

É intrínseco ao ser humano a capacidade de adquirir conhecimentos através de suas próprias experiências e pesquisas. E a monografia é uma forma de adquirir conhecimento por meio de pesquisas, haja vista que há uma sistematização das informações recolhidas. Segundo Beuren e Longaray (2003, p. 40), “Monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática.”

Para desenvolver uma pesquisa, seja qual for a sua fundamentação, é necessária a utilização de métodos adequados para a sua elaboração. Conforme Gil (2002, p. 41), “A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.” Já para Fachin (1993, p. 101) a pesquisa:

É um procedimento intelectual para adquirir conhecimentos, através da investigação da realidade e busca de novas verdades sobre um fato (objeto, problema). Com base em métodos adequados e técnicas apropriadas, o pesquisador busca conhecimentos específicos, respostas ou soluções do problema estudado. Ao resultado de uma pesquisa não se deve atribuir verdade absoluta, pois as descobertas são sempre renovadas. Toda a análise sobre um fato (objeto, problema) apresenta várias implicações de ordem apreciativa e analítica.

O estudo em questão, quanto à Abordagem do Problema é de natureza qualitativa, porque, a partir do levantamento de informações, estudo, legislação e dados, procura identificar e analisar os procedimentos de controles da Paróquia e Capelas, bem como os seus demonstrativos financeiros utilizados nas tomadas de decisões.

Nesse tipo de abordagem não são utilizadas técnicas estatísticas para evidenciar o tema estudado. Conforme Fachin (1993, p. 75):

É caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente. Ao defini-los necessariamente, deve ter uma ligação inseparável, isto é, capacidade de assumir distintos valores.

Quanto ao Objetivo, a pesquisa caracteriza-se por um enfoque exploratório, pois “Começa com um plano incipiente, que vai se delineando mais claramente à

medida que o estudo se desenvolve.” (LÜDKE e ANDRÉ, 1996, P.21 *apud* GODOY, 1995). Segundo Beuren (2003, p. 80), “Para que um estudo na contabilidade seja considerado exploratório, deverá concentrar-se em algo que necessita ser esclarecido ou explorado nesse campo do conhecimento.”

A principal característica desse tipo de pesquisa é a exploração do objeto em estudo objetivando um maior conhecimento do assunto. Para Gil (2002, p. 45):

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Quanto aos Procedimentos, trata-se de um estudo descritivo, bibliográfico, com base na coleta de dados mediante pesquisa documental. Para Gil (2002, p.51) “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” Pode-se ainda definir a pesquisa documental conforme Beuren e Raupp (2003, p. 89):

A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Este tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar, e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que os outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

A coleta de informações será através de entrevista semi - estruturada com o Contador da Mitra da Arquidiocese de Curitiba (Apêndice A), com o intuito de esclarecer do papel desempenhado pela Cúria nas Paróquias, bem como identificar como é a administração e funcionamento como um todo.

Para um melhor entendimento do Organograma da Igreja e outras questões administrativas específicas, outra entrevista semiestruturada com um Pároco (Apêndice B).

Foi realizada mais uma entrevista semiestruturada, concedida pelo Tesoureiro do CAEP (Apêndice C), com a finalidade de demonstrar os métodos de gestão e controles utilizados pela Paróquia, bem como sua organização em geral.

Além das entrevistas semiestruturadas foram analisados os Relatórios Financeiros e os Demonstrativos Contábeis da Paróquia objeto do estudo referente

aos períodos 2011 e 2012 e feito levantamento bibliográfico através de livros, leis e websites de internet.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão abordadas as organizações religiosas, a estrutura organizacional da Igreja Católica, as peculiaridades da administração paroquial, os registros contábeis na Arquidiocese e paróquias, os métodos de gestão e controle utilizados por uma paróquia da Arquidiocese de Curitiba e as divergências de gerenciamento.

### 4.1 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

As Organizações Religiosas são entidades sem fins lucrativos e, assim como as demais entidades dessa natureza, buscam atender os problemas sociais da população através de ações comunitárias. Portanto, são classificadas como entidades do Terceiro Setor. Anteriormente eram enquadradas como associações, porém, com a Lei Federal 10.825/03 passaram a ser classificadas como pessoas jurídicas de direito privado. A partir de então passaram a ser enquadradas como Organizações Sociais.

Organização Religiosa é um tipo de pessoa jurídica que abriga as instituições de cunho religioso, sua arrecadação com doações e contribuições é destinada à manutenção dos templos e às obras sociais.

Segundo o Código Civil, art. 44, estas organizações tem ampla liberdade de criação e funcionamento sem restrição quanto ao desempenho de atividades, inclusive porque o Poder Público encontra certa dificuldade em dar assistência a toda à população carente, tornando, assim, necessária a participação dessas entidades que objetivam a melhora da qualidade de vida das pessoas.

Essa nova lei as trouxe modificações benéficas para as Igrejas, pois além de mudarem sua classificação jurídica para organizações Religiosas, isentando-as de aplicar as regras específicas para associações contidas nos artigos 53 a 61 do Código Civil, também ficaram desobrigadas do prazo de adequação às disposições do Código, a partir de sua vigência.



Porém, apesar das vantagens atribuídas, tanto as Igrejas quanto as demais instituições religiosas permaneceram obrigadas a adaptar seu estatuto social aos princípios gerais de entidade que regem o novo Código Civil, uma vez que permaneceram na condição de pessoa jurídica de direito privado, isso porque no Brasil não existe uma legislação específica que regule as Organizações Religiosas.

#### 4.2 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma Organização Religiosa. É a igreja cristã mais antiga do Ocidente. Está sob a autoridade suprema do Papa, Bispo de Roma e sucessor de Pedro, o apóstolo que liderou a comunidade dos cristãos em Roma com o objetivo de pregar o Evangelho de Jesus Cristo e seus ensinamentos.

Desde aquele tempo a Igreja de Roma assumiu uma função de "primeira na unidade". Deste núcleo eclesial, originou-se todo o cristianismo no Ocidente que, posteriormente, foi dividido em arquidioceses, dioceses e províncias eclesiásticas, em comunhão com a Sé Romana.

Esta Organização Religiosa é regida pelo Código de Direito Canônico (CDC). Atualmente, a sua sede localiza-se no Estado do Vaticano (norte da cidade de Roma). Foi criada em 1929 pelo Tratado de Latrão para sediar e abrigar o alto clero da Igreja, entre eles, o Papa.

Segundo o Código do Direito Canônico, Cân. 100, parágrafo 1:

A Igreja Católica e a Sé Apostólica possuem a natureza de pessoas morais por própria ordenação divina; as outras pessoas morais inferiores possuem-na ou por disposição do direito ou por concessão especial do competente Superior eclesiástico outorgada por decreto formal para um fim religioso ou caritativo.

A Igreja Católica e a Sé Apostólica são pessoas de natureza jurídica de cunho religioso e social, enquadradas na mesma legislação das organizações religiosas com imunidades e isenções. A Santa Sé ou Sé Apostólica é a sede do Papa. É ela quem estabelece os acordos diplomáticos com quase todos os países do mundo. Seu órgão administrativo é a Cúria Romana, que é constituída pelas

autoridades que coordenam e organizam o funcionamento da Igreja Católica. Geralmente é vista como o governo da igreja, pois é classificada como a corte papal que assiste o Papa em suas funções.

Para que a Igreja possa responder à vocação cristã e aos preceitos do Evangelho, faz-se necessário uma estrutura organizacional, conforme explica Delaméa (2002, p. 48): “A Igreja necessita de certa estrutura organizacional e administrativa para fazer frente às exigências pastorais e de tudo quanto se realize na Igreja tendo em vista sua missão e fins específicos.”

Diante do exposto, A Igreja Católica definiu o seu Organograma, conforme figura 2, da seguinte forma: Santa Sé, CNBB, CNBB regional, arquidiocese ou Diocese (Mitra), Paróquias, Comunidades (Capelas).

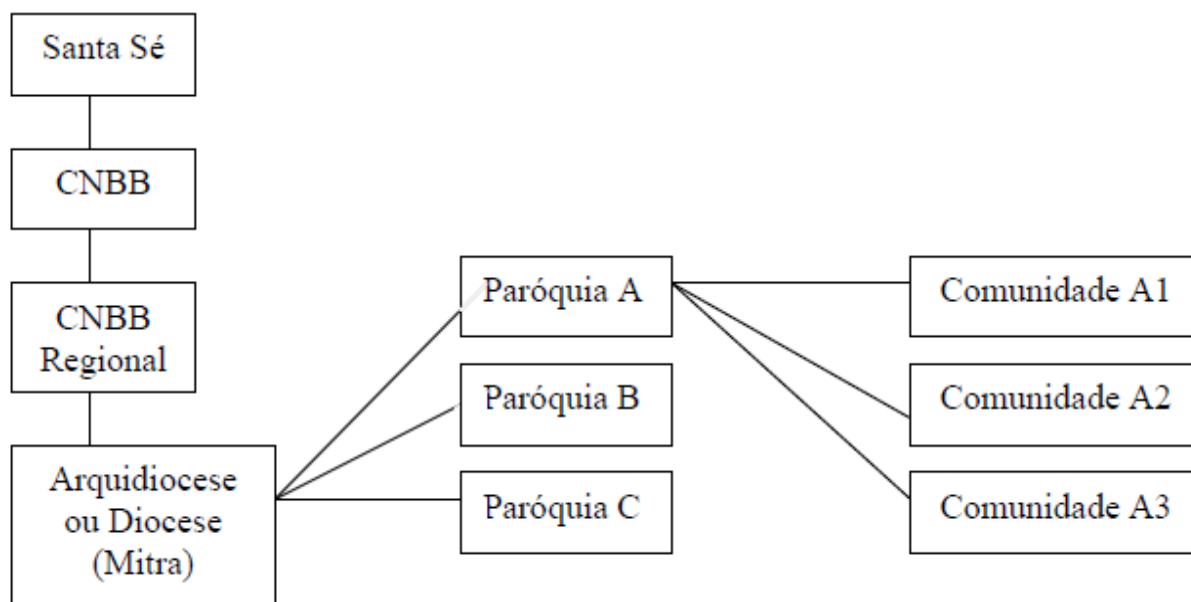


Figura 2. Organograma da Igreja Católica Apostólica Romana  
Fonte: MARTENDAL (2005, p. 24)

A Santa Sé ou Sede Apostólica é o governo central da Igreja Católica, governa o Vaticano, a sede universal da Igreja Católica. A Santa Sé também é o direito internacional do Vaticano e faz acordos diplomáticos com a maioria dos países para assegurar os direitos dos católicos ou da Igreja Católica num determinado Estado.

Cada país possui um órgão que é responsável nacionalmente para coordenar e subsidiar a ação pastoral, sendo que no Brasil este órgão é denominado

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Trata-se de uma sociedade de direito privado que abrange as atividades de natureza religiosa, educacional e cultural. A CNBB é subdividida em CNBBs Regionais e Curitiba compõe a Regional Sul II.

Abaixo da CNBB encontram-se as Arquidioceses e/ ou Dioceses. Estas entidades não são reconhecidas como de Utilidade Pública ou de Assistência Social. Por isso não alcançam alguns benefícios tributários, exceto a imunidade. Quanto a Diocese, é uma circunscrição territorial sujeita à administração eclesiástica do Bispo ou Arcebispo.

Diocese era o mesmo nome dado às circunscrições administrativas de algumas províncias romanas. Segundo Tatto (2003, p. 40), “Para melhor acompanhamento das necessidades e das atividades, a Diocese é dividida em Setores, constituídos de um grupo de Paróquias com suas Comunidades.”

A Arquidiocese é uma Diocese mais antiga de determinada região ou Estado. Por isso encontram-se no mesmo patamar do organograma. O Arcebispo exerce a mesma função de um Bispo, o que diferencia é que o primeiro é relacionado à Arquidiocese e o segundo a uma Diocese.

A Arquidiocese ou Diocese tem uma sede administrativa denominada Cúria, que também tange assuntos pastorais. A denominação jurídica da Arquidiocese é Mitra Arquidiocesana ou Diocesana. Desta forma, possuem um CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) e suas Paróquias e Comunidades utilizam-se do mesmo número por se tratar de filiais. Neste sentido Delaméa (2002, p. 33) explica que “somente a Mitra, enquanto personificação jurídica da Diocese, com toda a sua organização é reconhecida a personalidade jurídica civil tendo a Cúria diocesana como matriz e as paróquias e outras instituições eclesiásticas como filiais”.

A Paróquia, na definição do Código de Direito Canônico (CDC), Cân. 515, é “Uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao Pároco, como seu pastor próprio, sob autoridade do Bispo diocesano.” É formada por um conjunto de comunidades que, por sua vez, são popularmente conhecidas como capelas.

A Igreja se concretiza em comunidades ligadas entre si, que formarão Paróquias, que constituem a Diocese.

### 4.3 ADMINISTRAÇÃO PAROQUIAL

O ato institucional que assegurou à Igreja Católica no Brasil, vida própria segundo seu credo e disciplina sem intervenção do poder público foi o decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890 que reconhece a Igreja como pessoa jurídica de Direito Eclesiástico. Neste sentido Delaméa (2002, p. 33) afirma que “Por força do Decreto 119-A/1890 as pessoas jurídicas eclesiais públicas têm personalidade jurídica civil independente de registro civil e têm reconhecido como estatuto o Código de Direito Canônico.”

O Código de Direito Canônico é reconhecido como regimento interno e tem prescrições a serem cumpridas, tais como o cumprimento das legislações vigentes nas esferas federal, estadual e municipal. Assim, a Igreja, em suas relações intraeclesiais é regulada pelo Direito Canônico, enquanto que nas suas relações jurídicas com a sociedade civil, suas ações estão regradas pelas normas do direito comum de cada país.

No Brasil, as Mitras Diocesanas são reconhecidas como pessoas jurídicas que representam toda a organização da Igreja particular. Em consequência, todos os atos administrativos que ocorrem no território paroquial são considerados como sendo praticados pela Mitra Diocesana.

O Bispo Diocesano está ligado a Santa Sé, a qual deve obediência. Por outro lado, em suas atividades temporais a Igreja pode criar e manter entidades ou associações civis, disciplinadas pelo direito comum e reguladas por um estatuto civil próprio.

Mesmo depois do fim da relação de dependência ou aliança entre Estado e Igreja, a colaboração da Igreja se faz tanto em razão de sua própria essência, especialmente no que diz respeito à assistência social e a filantropia, consideradas de motivação pública, quanto através de organismos sociais (pessoas jurídicas de direito privado) criados para tal fim.

A natureza especial das Dioceses (pessoa jurídica de direito Eclesiástico) reserva a estas o Código de Direito Canônico como estatuto. Não convém a criação de um novo estatuto civil para as Dioceses. Neste sentido, Brettas (2002, p.23) *apud* Martendal (2005) complementa que:

A Diocese é uma entidade de natureza pública, se for ela organizada segundo as regras estabelecidas no Código Civil, corre-se o risco, por parte dos cartórios e dos outros órgãos públicos de serem elas recebidas e havidas como simples sociedade de direito privado com todas as consequências que adviriam de tal conceito.

Uma diocese é um conjunto de paróquias. A paróquia é criada a partir da vontade da comunidade ou crescimento de uma já existente. A partir disso o Arcebispo deve aprovar o pedido da comunidade e nomear um pároco para cuidar da paróquia. Registra-se o Decreto de Criação da Paróquia em cartório e logo após cria-se a personalidade jurídica. Mitra é a denominação jurídica da Arquidiocese e suas paróquias usam o mesmo número de inscrição, como se fossem filiais.

Para fins de registro de Paróquias pela Diocese, em cartório, os documentos são lavrados pela própria Igreja. Não obstante, um Ato Declaratório, baixado pelo Bispo Diocesano, registrado em cartório competente, tem força de estatuto.

A Igreja possui várias peculiaridades administrativas, implicando na atenção quanto à coerência em relação ao Direito Civil e ao Direito Canônico, resguardando-se dos benefícios e cumprindo os deveres. Desta forma, ela conta com o auxílio de vários órgãos e pessoas de boa vontade para o atendimento das leis e para a gestão de cada paróquia.

Após a constituição de uma paróquia estrutura-se a Assembleia Pastoral e o Conselho Pastoral, que é o órgão executivo da Assembleia Pastoral. São setores de pastoral, associações, movimentos eclesiais e comissões. A Assembleia Pastoral é o organismo por qual o povo de Deus exerce sua participação, em plena comunhão com seus respectivos pastores. Nela são avaliadas as metas que conduzirão a caminhada da Igreja. Cada assunto é encaminhado a um órgão do Conselho Pastoral que executa a atividade, a Comissão de Assuntos Administrativos e Econômicos Pastorais (CAEP) é um desses órgãos. E é obrigatória em todas as paróquias.

A CAEP possui identidade própria, isentando seus membros e mantenedores de responderem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações. Esta Comissão tem como representante legal o Pároco, e é responsável pelas atividades referentes aos assuntos econômicos e administrativos da Paróquia (matriz e comunidades).

Além da CAEP, outro órgão que está muito presente na administração paroquial e a Cúria. Trata-se de um órgão que fornece orientações pastorais para a administração das comunidades, é uma espécie de matriz das paróquias. É também um órgão eclesialístico, jurisdicional e administrativo que coopera com o bispo na direção da diocese.

Neste sentido, Tatto (2003, p. 41) apresenta a seguinte definição:

A Cúria Diocesana é a sede dos serviços administrativos da Diocese. Como os serviços principais da Diocese são pastorais, a Cúria é também a sede da pastoral, com representações de cada pastoral e movimentos de Igreja existentes na Diocese e por ela reconhecidos. Por isso é também o “Centro Diocesano de Pastoral”. A Cúria é como que a matriz e as paróquias funcionam como filiais, e as comunidades (capelas) como postos de serviços destas filiais. Mas todas fazem parte de um mesmo conjunto, que se chama Diocese. [...] Para administrar o conjunto da diocese, a Cúria deve ter os seguintes serviços: contabilidade, documentação, departamento de pessoal, departamento de patrimônio, departamento jurídico, departamento de engenharia, comunicação, informática, internet, além de secretaria para atendimento ao público.

Neste sentido, os serviços de contabilidade, documentação, departamento de pessoal, departamento de patrimônio, departamento jurídico, comunicação, informática e secretaria para atendimento ao público, são os principais que, de certa maneira e nas proporções adequadas, cada paróquia também precisa ter para atender as suas necessidades, pois estes serviços formam a Administração Paroquial. (TATTO, 2003).

Legalmente as paróquias são sempre representadas por uma só pessoa, o Pároco. Porém, para cuidar dos assuntos burocrático-administrativos ele pode contar com o auxílio do Tesoureiro. Segundo Delaméa (2002), “O pároco é o representante legal em todos os negócios jurídicos, ele é responsável inclusive pela correta administração dos bens da paróquia e conta com a ajuda dos voluntários que compõe a CAEP.”

Como qualquer outra instituição, a Igreja também precisa ter uma boa organização, que deve ser mantida por uma boa administração. Se a Diocese, suas paróquias e comunidades em particular forem bem organizadas e administradas a Igreja poderá cumprir melhor a sua missão.

#### 4.4 REGISTRO CONTÁBIL NA ARQUIDIOCESE E PARÓQUIAS

A contabilidade é uma ciência que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativos aos atos e fatos da Administração e da Economia. Mais especificamente, trata do controle do patrimônio da organização. E isso é feito por meio dos registros contábeis, dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados elaboradas.

A finalidade contábil da Arquidiocese de Curitiba é atender o que prescreve o Código do Direito Canônico em promover sua atualização, desenvolvendo a administração dos bens da Igreja colocados a serviço da evangelização, cuja finalidade é atender todas as atividades da comunidade cristã. Neste sentido Delaméa (1992, p. 60) afirma que:

A contabilidade, além de indispensável para a boa administração, não se restringe à orientação, controle e registro dos fatos administrativos; estende-se a satisfazer as exigências legais do país. Os fatos administrativos compreendem as iniciativas, as ações, as operações, as transações, negócios pelos quais se troca no patrimônio, ou seja, no conjunto de bens, direitos e obrigações à disposição do administrador, aumentando-o, diminuindo-o ou permutando bens desse patrimônio.

Para uma boa organização na empresa, faz-se necessário não apenas uma boa administração, mas também uma contabilidade eficaz. Ambas precisam caminhar juntas. A contabilidade entra com o controle e registro dos fatos satisfazendo as exigências legais do país e fornecendo dados para o gestor tomar decisões coerentes, enquanto a administração entra com o gerenciamento dos negócios e transações da empresa. Este processo funciona também nas organizações religiosas, assim como se precisa de um administrador, um contador também é indispensável para realizar a contabilidade destas instituições.

A contabilidade da Sede (Mitra), Arquidiocese e de todas as Paróquias e Capelas é centralizada devido à utilização de um mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ pela Arquidiocese, Mitra, todas as Paróquias e Capelas, diferenciando apenas os números após a barra.

O registro contábil dos movimentos das entradas e saídas das Paróquias e Capelas é todo concentrado no Departamento de Contabilidade da Arquidiocese conforme prescrição do Código do Direito Canônico e legislação fiscal do país. Este

registro é baseado em um plano de contas elaborado conforme a necessidade de cada entidade.

A contabilidade é processada mensalmente para a emissão de balancetes e anualmente para a emissão do Balanço Patrimonial que deverá ser assinado por um profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

A Mitra Arquidiocesana, como todas as entidades sem fins lucrativos, também está obrigada, anualmente, a preencher e entregar, à Receita Federal do Brasil a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ. Deve cumprir, também, com as demais Obrigações Acessórias (DCTF, DIRF, DACON etc.) que determina a lei. O não cumprimento de alguma das obrigações é passível de multa.

Em cumprimento a legislação vigente, mensalmente, o Departamento Contábil realiza o acompanhamento, avaliação e controle do movimento contábil das Paróquias e Capelas. Após receber e conferir toda documentação é feita uma análise destes documentos, assim como os saldos de caixa e bancários. O Balanço Patrimonial consolidado pela Mitra Arquidiocesana é levantado com a escrituração contábil da Sede, das Paróquias e das Capelas, permitindo o acompanhamento e controle pelos responsáveis para o bom andamento da entidade.

A documentação entregue na Mitra deve ser a original e obedecer à legislação vigente, conforme descrito a seguir:

- Nota fiscal de venda, quando for adquirido qualquer material;
- Nota fiscal de prestação de serviço, quando forem utilizados serviços de prestadora;
- Cupom fiscal, desde que impresso com o nome da Paróquia, endereço e CNPJ;
- Recibo de entrada das receitas, constando o valor, o tipo de receita, a data e a assinatura de quem recebeu.

Esse sistema criado pela Arquidiocese para integração dos movimentos das Paróquias e Capelas centraliza toda a contabilidade em uma única entidade, buscando, dessa forma, um melhor controle para os registros contábeis.



#### 4.5 UTILIZAÇÃO DE CONTROLES DE GESTÃO EM UMA PARÓQUIA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA

O controle, segundo Raupp *et al* (2006, p. 121) “É uma forma de prover ações para corrigir e ajustar problemas tanto de execução, como de planejamento das ações realizadas pela entidade.” É o “Conjunto de métodos e ferramentas que os membros da empresa usam para mantê-la na trajetória para alcançar seus objetivos.” (ATKINSON *et al* 2000, p. 581).

A principal função do controle é assegurar que as atividades de uma entidade se realizem de forma desejada por seus membros e contribuam para a manutenção e melhoria, bem como para a execução das estratégias, planos, programas e operações. (GOMES E SALAS, 2001).

Essas considerações são reforçadas por Raupp *et al* (2006, p. 121), quando afirmam que:

Os controles de gestão se apresentam como instrumentos de auxílio à gestão. Além disso, proveem informações que demonstram a situação da empresa e apresentam indicadores que possibilitam a tomada de decisões sobre o rumo da empresa e de ações corretivas contra eventuais problemas e ineficiências do processo organizacional. [...] têm por função auxiliar os gestores a conhecerem a forma de utilização dos recursos das empresas, fornecendo informações reais e em tempo certo para que os gestores possam tomar decisões mais bem embasadas.

Neste sentido, o Conselho de Assuntos Econômicos da Mitra Arquidiocesana de Curitiba, em março de 2006, objetivando uma melhor gestão administrativa nas Paróquias (Matriz e Comunidades) tomou a decisão de terceirizar os serviços contábeis de suas paróquias. Fez parceria com a empresa Torre Gestão Empresarial, que, a partir daí assumiu a Folha de Pagamento, a Gestão Contábil e a Gestão de Recursos Humanos de toda a Arquidiocese, abrangendo 11 municípios com 136 Paróquias e quatro Seminários Diocesanos.

A parceria entre a Mitra e a empresa Torre passou a ser desenvolvida em regime de Outsourcing: A empresa Torre colocou a disposição da Mitra e suas paróquias uma equipe de profissionais capacitados na área contábil e de Recursos Humanos para desenvolver os trabalhos de contabilidade e recursos humanos, bem como prestar serviços de assessoria e consultoria aos usuários da informação (pároco, tesoureiro, secretária).

O primeiro desafio enfrentado pela empresa terceirizada foi demonstrar e convencer os membros do Conselho de Assuntos Econômicos sobre a importância de um sistema de informações para auxiliar os gestores eclesiais nos controles de gestão utilizados nas paróquias e, principalmente, no processo de tomada de decisão e aplicação dos recursos.

Desta forma, foi implantado o sistema financeiro Prosoft, um software que funciona 100% via internet. O Módulo financeiro e contábil foi disponibilizado para todas as paróquias. Porém, o uso do software para o registro financeiro e contábil diretamente nas paróquias não foi obrigatório pela Mitra, ficando a critério de cada uma delas. Por isso, várias paróquias não aderiram a esse novo projeto, permanecendo, assim, com o modelo antigo de controle: trazendo, mensalmente, até o setor de contabilidade da Mitra, o livro caixa paroquial, juntamente com os extratos bancários e documentos fiscais comprobatórios das receitas e despesas, para serem registrados no sistema pelos profissionais da contabilidade.

Porém, devido ao fato da Mitra Arquidiocesana ser bastante ampla e complexa, entre as paróquias que decidiram pelo uso do sistema, optou-se por um modelo para a implantação do software e a exposição e avaliação dos procedimentos de controle da mesma. A paróquia escolhida localiza-se na região metropolitana de Curitiba e possui 20 capelas além da matriz.

A escolha por essa paróquia, coincidentemente ocorreu no período de transição (transferência) dos Párocos. O Pároco anterior estava na gestão administrativa da paróquia há vários anos, havia implantado o seu jeito próprio de administrar, enquanto que o novo Pároco ao assumir a Paróquia sentiu a necessidade de um acompanhamento para entender melhor a real situação econômica- financeira que a mesma se encontrava.

Desta forma, a CAEP foi convocada e participou de uma reunião com o Pároco e o Contador da Cúria para decidirem como seria realizado o trabalho de gestão administrativa e financeira da paróquia.

A partir da referida reunião o Contador iniciou um trabalho de consultoria, que foi segmentado em três fases distintas: a primeira fase consistiu na coleta de informações através de visita do mesmo à Paróquia e entrevista com os responsáveis. A segunda fase consistiu na apuração das informações, parametrização e implantação do sistema (Prosoft) disponibilizado à Paróquia. E a

terceira e última fase, refere-se ao acompanhamento e monitoramento dos procedimentos até então implantados.

Após a coleta das informações sobre as atividades da Paróquia, estas foram confrontadas com movimentação contábil à disposição da Mitra e, a partir daí, foi identificada a seguinte sistemática de funcionamento entre matriz e capelas:

- Utilização, pela Paróquia, do sistema de caixa comum, que consiste na centralização de todos os recursos financeiros das suas capelas na unidade Matriz. Neste formato a Matriz funciona como a espécie de um banco, recebe depósito de suas Capelas quando estas apuram superávit no mês. E em contra partida, quando as Capelas necessitam de recursos para suas despesas, efetuam um resgate do crédito disponível que possuem na Matriz.
- As Capelas prestam conta mensalmente para a Matriz através de um controle interno identificado como controle de caixa. Neste controle as Capelas relacionam o montante de receita auferida no mês, bem como, todas as saídas.
- Apurado o saldo positivo (superávit) no mês, este é depositado ou repassado à Matriz. Assim, a Capela passa ter um crédito junto à Matriz. Porém, se apurado saldo negativo a Capela efetua um resgate do saldo que tem disponível. Quando não existe a disponibilidade de saldo na Capela a Matriz efetua lançamento de empréstimo para a Capela para esta suprir suas despesas essenciais.
- O controle de entradas e saídas de recursos que a Matriz mantém com as Capelas é registrado de forma manual em um Livro. Este controle existe desde o ano de 2006. Porém, o mesmo não reflete a real disponibilidade financeira da Matriz. Ou seja, do crédito que as Capelas repassaram na forma de depósito, e que tem como de direito, a Matriz não tem esta disponibilidade.
- Além dos depósitos recebidos das Capelas estas repassam diretamente para o caixa da Matriz um percentual a título de Contribuições Eclesiais (Dízimo, Coletas e Campanhas Especiais). Estes valores não compõem o saldo/crédito que as capelas mantêm na Matriz.
- A Matriz também recebe reembolso, através de Notas de Débitos, das despesas que foram antecipadamente supridas. Esta situação ocorre nos casos de despesas, originalmente das Capelas, mas que foram pagas diretamente pela Matriz ou nos casos de material pastoral que são adquiridos de forma centralizada pela Matriz e repassados às suas Capelas.

- Desta forma a Matriz recebe mensalmente das Capelas valores referente aos seguintes títulos: Depósito ou repasse do saldo positivo do mês, Repasse das Contribuições Eclesiais e Reembolsos das despesas antecipadas.

Além desses procedimentos de repasses entre matriz e capelas, a paróquia utiliza-se dos seguintes procedimentos de controle: Controle de Recebimento de dízimo, doações e coletas; Controle de Contas a Pagar e a Receber; Relatório de Caixa e Bancos e Demonstrativo Financeiro. Todos são registrados na própria secretaria da paróquia através de planilhas no computador.

A partir do levantamento feito e objetivando oferecer subsídios técnicos à Direção da Paróquia, os controles de gestão foram implementados por meio dos seguintes procedimentos:

- 1) Parametrização e treinamento aos usuários do sistema (Prosoft) para que a Matriz possa controlar seu saldo de caixa através dos registros diários dos recebimentos e pagamentos.

- 2) O sistema (Prosoft) propiciará à Matriz um controle de suas disponibilidades financeiras e dos saldos de créditos das Capelas.

- 3) Foram Apurados:

- ✓ O real montante que a Matriz efetivamente deve ter de disponibilidade financeira (em caixa) para fazer frente aos saldos/créditos de suas Capelas.
- ✓ Qual é o montante real que as Capelas depositaram para a Matriz.
- ✓ Qual é o saldo real de caixa da Matriz, considerando o levantamento das receitas próprias auferidas e também os valores recebidos das Capelas a título Contribuições Eclesiais e Reembolsos de Despesas Antecipadas.

- 4) Acompanhamento e monitoramento dos procedimentos de controles implantados, através de visita técnica à paróquia de um profissional da Contabilidade da Cúria, que ocorre sempre na primeira semana de cada mês.

A paróquia é uma extensão de personalidade jurídica e a Cúria o órgão gestor que consolida as informações. Por este motivo, a contabilidade, de forma centralizada pela matriz, apresenta os seguintes os relatórios contábeis exigidos pela legislação:

- a) Balanço Patrimonial;

- b) Demonstração de Resultado do Exercício;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- e) Notas Explicativas

Além dos relatórios exigidos são elaborados, também de forma centralizada pela Matriz: Relatório de análise financeira, o Balancete de Verificação, o livro Diário e o Razão.

Buscando ser transparente em relação à aplicação de seus recursos, a paróquia (matriz e capelas) publica, mensalmente, em periódicos (jornal da Igreja) e no mural, um Demonstrativo financeiro (receitas e despesas) referente ao período. Estas informações são divulgadas numa linguagem acessível aos leigos.

No que se refere aos assuntos de Recursos Humanos a Paróquia recebe toda a assistência e acompanhamento de profissionais capacitados da empresa de contabilidade terceirizada. Todos os empregados da paróquia são contratados em regime celetista, não havendo registro na contabilidade, de voluntários.

Quanto ao Plano de Contas utilizado pela paróquia, o mesmo é padronizado pela Mitra, com base no mercantil.

#### 4.6 DIVERGÊNCIAS DA GESTÃO PAROQUIAL

As divergências de gerenciamento existentes nas Paróquias em geral, são provenientes de determinadas carências neste setor. Delaméa (2002, p. 8) destaca alguns problemas básicos da gestão paroquial:

No que tange a administração econômica (aziendal) nas paróquias, nos deparamos com alguns problemas básicos. Entre outros, enumeramos:

- (1) a falta de formação adequada e a reduzida bibliografia, que além de deficitária carece de visão e fundamentos técnico-científicos da ciência da administração e ciências afins;
- (2) o inadequado tratamento dado à administração, reduzindo-a a mera atividade econômica e essa reduzida a um mal necessário, isolada do conjunto da atividade paroquial;
- (3) a falta de planejamento global e setorial; de orçamentos; de avaliação de resultados; de prestação de contas; [...].
- (4) o amadorismo e por vezes a transposição pura e simples da administração empresarial;
- (5) a falta de um enfoque da Igreja do ponto de vista da organização e ciências afins, sem preconceitos e com espírito eminentemente científico.

Outra questão a ser evidenciada refere-se ao imobilizado das Igrejas. A maioria das paróquias não tem dado ao seu ativo imobilizado sua real importância. Não há um controle rigoroso inventariado sobre este patrimônio, nem do seu valor. Além disso, as depreciações não são contabilizadas, empobrecendo, assim, as informações fornecidas.

Analisando os problemas evidenciados, observa-se que os mesmos podem ser facilmente solucionados se as paróquias tiverem a frente de sua administração um profissional habilitado. “Não se pode mais compactuar com o amadorismo da parte do administrador dos bens temporais da Igreja.” (CDC, Cân. 1254).

Neste sentido Tatto (2003, p. 53) corrobora a afirmar que “Um serviço indispensável para uma boa gestão é uma contabilidade clara e completa. É por meio dela que se pode fazer uma prestação de contas à comunidade, indispensável para se criar um clima de confiança e motivação.”

O Quadro 5 evidencia os principais desafios de gestão enfrentados pela paróquia objeto da pesquisa e os procedimentos contábeis adotados para a minimização desses desafios

<b>Desafios da gestão paroquial</b>	<b>Como a contabilidade vem auxiliando na minimização desses desafios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Atualização e continuidade da missão (evangelização);</li> <li>b) Inviabilidade de sustento da paróquia;</li> <li>c) Gastos representativos;</li> <li>d) Gestão centralizada (personificada e dependente)</li> <li>e) Gestão amadora;</li> <li>f) Gestão autossuficiente (plano de ação inexistente ou impreciso);</li> <li>g) Ausência de política sucessória dos gestores eclesiais;</li> <li>h) Ausência de controle patrimonial;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Sistema integrado e compartilhado de dados (rede de interligação entre os computadores de paróquias e capelas com a Mitra) para facilitar o armazenamento dos dados e evitar a duplicidade de informações;</li> <li>b) Departamento de contabilidade centralizado na Cúria com a incumbência de orientar e acompanhar a padronização contábil das paróquias;</li> <li>c) Assessoria técnica quanto à contabilidade e legislação trabalhista nas paróquias;</li> <li>d) Auditoria de caixa nas paróquias;</li> <li>e) Fluxo de caixa paroquial (identificação e registro dos fatos contábeis; extração de relatórios; conferência, análise e interpretação; informações aos usuários internos e externos) para o controle e tomada de decisão do gestor eclesial.</li> </ul>

Quadro 5. Procedimentos contábeis adotados para a minimização dos desafios da gestão paroquial  
Fonte: elaborado pela autora.

No entendimento de Delaméa (2002), além de orientação, registro e controle, a contabilidade permite a visualização de onde se está e para onde se está indo, tornando-se, desta forma, indispensável para uma boa administração, inclusive a paroquial. Não obstante, a contabilidade estende-se a satisfação das exigências legais do país.

Para exercer atividades administrativas, o cuidado e o preparo são meios necessários e imprescindíveis para o alcance das atividades pastorais. Procedimentos como o planejamento, a elaboração de orçamento, o conhecimento das leis vigentes a respeito do assunto e a informatização são extremamente importantes para uma boa gestão e controle, garantindo, dessa forma, a continuidade da missão.

Apesar de saber que mudanças no gerenciamento de uma organização constitui um grande desafio, acredita-se que, aos poucos, muitas paróquias estão se conscientizando da necessidade de alterar seus processos de gestão. Nesse sentido, Delaméa (2002, p.13) confirma:

A comunidade paroquial deve ser conscientizada de sua condição de comunidade católica e aos membros cabe o direito-dever de participar e colaborar, bem como de receber a formação, informação e motivação que lhe é devida pela Igreja. Trata-se de uma comunidade católica e como tal deve ter bem presente seus fins e missão, sem desvios e subterfúgios, conhecer com clareza a sua Igreja, com tudo o que ela comporta.

A gestão paroquial compreende o conjunto de operações fundamentais da administração, é dinâmica e deve ser analisada no próprio conjunto de atividades por ela desenvolvidas, e não individualmente. A gestão depende muito de decisões e, frequentemente, de um bom aproveitamento de oportunidades.

Apesar de a administração paroquial envolver certas peculiaridades por causa de sua especificidade, ainda prioriza muito os fins sociais e religiosos, deixando o financeiro e econômico em segundo plano. Conforme Delaméa (2002) isso se deve ao fato de a Igreja ainda não estar totalmente convencida de que é a situação econômico-financeira que conserva e permite a realização da missão.

De acordo com Martendal (2005) para uma boa gestão paroquial é necessário não apenas o conhecimento dos regimentos e leis internas da Igreja, de leis externas e comuns, mas também conhecimento econômico-financeiro. Portanto,

um profissional tecnicamente habilitado e competente, como um contador, poderia suprir estas deficiências administrativas tão comuns no meio paroquial.



## 5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

### 5.1 CONCLUSÃO

O interesse para a realização desta pesquisa surgiu da constatação da dificuldade que algumas entidades do Terceiro Setor possuem no âmbito da gestão organizacional. Em um aspecto geral, esta pesquisa investigou a existência e a necessidade da informação contábil no processo de gestão e controle das Organizações Religiosas, especificamente por meio de um estudo descritivo realizado em uma Paróquia da Arquidiocese de Curitiba, situada na região metropolitana de Curitiba, que tem como missão a evangelização.

Partindo do objetivo geral que foi verificar a importância da informação contábil no processo de gestão e controle de uma Instituição Religiosa do Terceiro Setor, observou-se, primeiramente, que foi necessário o entendimento da organização como um todo, para somente depois aprofundar em uma paróquia específica. Por fazer parte dos grupos das organizações sem fins lucrativos, optou-se por expor a origem, a definição e caracterização do Terceiro Setor.

A partir da avaliação da estrutura organizacional e da conduta geral da instituição, percebe-se a importância das informações contábeis para o seu correto gerenciamento, como também poder seguir as normas legais aplicadas a este tipo de instituição, aspectos estes, de grande importância para o seu funcionamento.

No decorrer da pesquisa, observou-se, também, que a figura de um profissional da área contábil torna-se indispensável para proceder aos registros e informações contábeis para a tomada de decisão dos gestores eclesiais, bem como atender às informações fiscais exigidas pela legislação vigente do país, uma vez que a contabilidade, através de seus procedimentos de controle, normas e condições de gerenciamento é o meio mais fidedigno de manter os doadores e/ou fiéis bem informados a respeito da utilização de suas doações.

Na paróquia objeto da pesquisa, o serviço contábil é terceirizado, e esse fato não interfere no processo da gestão paroquial, pois existe uma boa comunicação

entre a contabilidade e os responsáveis (padre e membros da CAEP) pelo processo administrativo da mesma.

O relacionamento profissional entre a contabilidade e os gestores é satisfatório, isto é, a contabilidade é acessível para o acompanhamento e assessoramento e os gestores colaboram com todos os dados necessários para que as informações contábeis sejam úteis no processo administrativo da mesma.

Constatou-se que a paróquia analisada utiliza-se dos seguintes controles de gestão: Controle de Recebimento de dízimo, doações e coletas; Controle de Contas a Pagar e a Receber; Relatório de Caixa e Bancos; Controle de Repasses entre Matriz e Capelas; e Demonstrativo Financeiro.

Com relação aos relatórios contábeis, a paróquia, de forma centralizada pela Mitra apresenta todos os relatórios exigidos pela legislação:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração de Resultado do Exercício;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- e) Notas Explicativas.

Além dos relatórios exigidos, são elaborados: o Balancete de Verificação, o Diário e o Razão.

Os problemas enfrentados pelas entidades que compõem o Terceiro Setor são muitos, principalmente no que se refere a pouca profissionalização da gestão. A pesquisa demonstrou que na gestão paroquial não é diferente, pois o gestor religioso (padre) precisa saber gerir uma igreja como se gere uma empresa. E isso traz muitos desafios, pelo fato dos religiosos (padres) possuírem poucas competências gerenciais, uma vez que, tradicionalmente não recebem formação para isso. Desta forma, necessitam se cercarem de pessoas com essas habilidades e conhecimentos para que a igreja seja gerida de forma eficaz e eficiente.

A pesquisa também permitiu a identificação do tripé: contabilidade, gestão e controle que tem um relacionamento muito estreito e interdependente, tornando difícil a condução do processo por pessoas ou profissionais que não tenham compreensão adequada dos procedimentos de gestão.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES

A administração paroquial possui diferentes hábitos organizacionais. De forma que propor um modelo de gerenciamento não é tarefa fácil, principalmente pelas peculiaridades de sua constituição. Existem organizações com mais disponibilidade de recursos ao passo que outras continuam sendo gerenciadas de forma amadora. (DELAMÉA, 2002).

Diante do exposto, e considerando as peculiaridades da Mitra da Arquidiocese de Curitiba, recomendam-se os seguintes procedimentos de controle:

- Dar continuidade às análises das auditorias de caixa nas paróquias;
- Implantar o sistema financeiro Prosoft em todas as paróquias;
- Compor e instituir o Controle Patrimonial (o registro e controle contábil do ativo imobilizado) da Mitra e das paróquias;
- Implantar o controle de contas a pagar e a receber em todas as paróquias;
- Elaborar o Fluxo de caixa mensal em todas as Paróquias;
- Elaborar um Controle Orçamentário Anual na Mitra e em todas as paróquias;

Recomenda-se, também, uma pesquisa entre duas paróquias que atendem um número de fiéis aproximado, numa região de poder aquisitivo semelhante, onde uma faz uso do sistema financeiro Prosoft para o registro dos fatos contábeis e a outra não, com o objetivo de comparação para verificar as diferenças em relação ao patrimônio e aos controles de gestão.

E por último, recomenda-se ainda, relatar estudos de forma comparativa entre paróquias que tem profissionais nas comissões, principalmente a CAEP (Comissão de Assuntos Econômico Paroquial), a fim de verificar a atuação dos contadores neste sentido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BERNARDO, Josiane Janir. **Controle financeiro**: métodos utilizados por uma organização religiosa. Trabalho de conclusão de curso (monografia) - Curso Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294077>>. Acesso em: 09/04/2013.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. DEC 119-A de 07 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jan. 1890.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)>. Acesso em: 15/04/2013.

BRASIL. Lei Ordinária 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 janeiro 2002.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 13/04/2013.

BRASIL. Lei Ordinária 10.825 de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dezembro 2003.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.825.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.825.htm)>. Acesso em: 13/04/2013.

BRETTAS, Ruy Ferreira. **A Igreja Católica perante o direito positivo brasileiro**. Brasília: abc BSB Gráfica e Editora Ltda, 2003.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Participação popular e cidadania**: a Igreja no processo constituinte. São Paulo: Edições Paulinas, 1990 (Coleção estudos da CNBB, v.60).

\_\_\_\_\_. **Manual de Procedimentos Administrativos**. Brasília, Edições CNBB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regimentos dos Conselhos de Assuntos Econômicos Paroquiais das Capelas** (CAEP- CAEC). Mitra Arquidiocese de Curitiba. Publicações de Regional Sul II, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2008, Brasília. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/biblioteca/edicoes>> Acesso em: 09/04/2013.

DELAMÉA, Elenita. **Administração Paroquial**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**. Princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20promessa%20do%20terceiro%20setor%20-%201.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**. São Paulo: Editora Gente, 2002. GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOSSÁRIO. Disponível em: <<http://www.religiaocatolica.com.br/conteudo/glossario.asp>> Acesso em: 06/05/2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo; v.35, p.20-29, mai/jun.1995. Disponível em:<[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_qualitativa\\_tipos\\_fundamentais.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_tipos_fundamentais.pdf)>. Acesso em: 20/04/2013.

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan M. Amat. **Controle de gestão: Uma abordagem contextual e organizacional**. 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2001.

GUIMARÃES, Isac Pimentel *et al.* Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança** - Brasília · v. 13 · n. 3 · p. 132 - 148 · set/dez 2010. Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/8413](http://www.spell.org.br/documentos/download/8413)>. Acesso em: 22/04/2013.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997. JOÃO PAULO II. **Código de Direito Canônico**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LANDIM, Leilah; CARVALHO, Luiz Antonio de. *Projeto transparência e prestação de contas da sociedade civil na América Latina - CASO: BRASIL*. Uruguai: Instituto de Comunicação e Desenvolvimento (ICD), 2007. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acesso em: 12/04/2013.

LANDIM, Leilah. (Org.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

LAURINDO, Amanda Silva da Costa. **O Papel do Terceiro Setor na Efetivação dos Direitos Sociais- Brasil**: 1988 a 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Políticas Públicas e processo) - Faculdade de Direito de Campos – FDC – Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp035976.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013.

LONGARAY, André Andrade; BEUREN, Ilse Maria. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009. p. 21-45

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa qualitativa em educação: abordagens**. São Paulo: EPU, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTENDAL, Mariana Moritz. **Controles de Gestão Utilizados por uma Paróquia da Arquidiocese de Florianópolis**. Trabalho de conclusão de curso (monografia) – Curso Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294323>> Acesso em: 10/04/2013

MARTINS, Orleans Silva *et al.* A Gestão Estratégica de Custos nas Organizações do Terceiro Setor: um estudo de caso no Estado da Paraíba. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 61-84, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/354>>. Acesso em: 09/05/2013.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diego Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **As Organizações Sociais e o Novo Espaço Público**. Florianópolis: Editorial Studium, 2005.

PANCIERI, Regina. **Terceiro setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. Tese de Doutorado – PPGE/UFSC como condição para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2001. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/terceiro-setor-identifica%C3%A7%C3%A3o-das-compet%C3%Aancias-essenciais-dos-gestores-uma-organiza%C3%A7%C3%A3o/id/597584.htm](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/terceiro-setor-identifica%C3%A7%C3%A3o-das-compet%C3%Aancias-essenciais-dos-gestores-uma-organiza%C3%A7%C3%A3o/id/597584.htm)>. Acesso em: 30/04/2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 76-97

REIS, Liliane G. da Costa. **Parceria com o Estado: problema ou solução para as organizações do terceiro setor**. Apoio à gestão. Seção Tema do Mês. Disponível em: < [http://www.rits.org.Br/gestao/ge\\_tmes\\_abr.2000.cfm](http://www.rits.org.Br/gestao/ge_tmes_abr.2000.cfm) > . Acesso em: 18 abr 2004.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Demandas sociais versus crise do financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 32 n° 5 p. 25 – 67. Setembro/Outubro 1998. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7755/6347>>. Acesso em: 21/04/2013.

SANVICENTE, Antonio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**. São Paulo, Atlas, 1995.  
SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública – RAP** - Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122010000600003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122010000600003&script=sci_arttext)> Acesso em: 12/04/2013.

TATTO, Antoninho. **Plano de Amor: Auto-sustentação, administração da igreja, plano de manutenção**. Revista de problemas humano-cristãos. O Recado Editora Ltda. O Recado nº 182, suplemento especial. São Paulo SP. Setembro/outubro 2003.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à Elaboração de um Modelo de Apuração de Resultado Aplicado às Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem da Gestão Econômica**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) Universidade de São Paulo. Disponível em <[http://books.google.com.br/books/about/Contribui%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_elabora%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_um\\_mod.html?id=qYVnGwAACAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Contribui%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_elabora%C3%A7%C3%A3o_de_um_mod.html?id=qYVnGwAACAAJ&redir_esc=y)>. Acesso em: 27/04/2013.

## GLOSSÁRIO

**Arcebispo:** exerce a mesma função de um Bispo, o primeiro é relacionado à Arquidiocese e o segundo a uma Diocese.

**Azienda:** é o organismo, o aparato de bens e o conjunto de pessoas que se utiliza a instituição para alcançar os fins propostos. O que constitui a azienda é a parte da administração que compreende os bens patrimoniais, as pessoas que exercem funções relacionadas com estes bens e o conjunto de operações realizadas por estas mesmas pessoas no desempenho de suas funções específicas, que formam um todo coordenado, autônomo, vinculado aos fins da instituição. (DELAMÉA, 2002, p. 36).

**Bispo:** é o sucessor direto dos apóstolos, provido do direito de ministrar todos os sacramentos, bem como o de administrar uma Diocese.

**Comunidades:** são popularmente conhecidas como capelas. A Igreja se concretiza em comunidades ligadas entre si, que formarão Paróquias, que constituem a Diocese.

**Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:** é uma sociedade civil de direito privado que tem por finalidade precípua, entre outras, a de coordenar e subsidiar a ação pastoral orgânica do episcopado brasileiro, em todo território nacional, alcançando as atividades de natureza religiosa, educacional e cultural. (BRETTAS, 2003, p.22).

**Cúria:** é a sede administrativa de uma Arquidiocese ou diocese.

**Diocese:** A diocese conforme CDC (cân. 369) é uma porção do povo de Deus cujo cuidado pastoral é confiado ao Bispo com a cooperação do presbitério de maneira que constitua uma Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica. Esta Igreja particular ou



diocese se situa em um determinado território, divide-se em partes distintas ou paróquias (cân. 374 §1), formando um todo orgânico. (DELAMÉA, 2002, p.48).

**Dízimo:** é um imposto bíblico que representa a décima parte dos rendimentos de cada cristão, não necessariamente financeiros. Não representa um pagamento ou retribuição por serviço prestado, porque não há comércio. O imposto serve para o atendimento das atividades-fim da Igreja.

**Mitra:** é a personificação jurídica da Diocese, como uma toda orgânica. É reconhecida a personalidade jurídica civil tendo a Cúria diocesana como matriz e as paróquias e outras instituições eclesiais como filiais. (DELAMÉA, 2002, p.33).

**Pároco:** Sacerdote encarregado da direção espiritual e da administração de uma paróquia.

**Paróquia:** é definida no CDC, Can.515 como “uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco, como seu pastor próprio, sob autoridade do Bispo diocesano”. É formada por um conjunto de comunidades.

**Santa Sé:** traduzida como Santa Sede significa não só o Papa, mas toda a Cúria Romana. É a sede universal da Igreja Católica Apostólica Romana.

**Tratado de Latrão:** Tratado assinado em Roma, no palácio de Latrão, em 11 de fevereiro de 1929, entre a Santa Sé e a Itália, representada por Mussolini, sendo ratificado a 7 de junho de 1929. Este tratado tinha o intuito de resolver a Questão Romana, sendo de destacar alguns dos seus artigos: a religião católica é a única religião do estado italiano; reconhece a personalidade jurídica internacional da Santa Sé e a soberania plena sobre o estado da cidade do Vaticano, sem nenhuma ingerência da Itália; os representantes da Santa Sé gozavam das mesmas imunidades e regalias que os representantes diplomáticos acreditados em Itália; garantia da liberdade de comunicações da Santa Sé com todo o mundo, etc.

## **APÊNDICE A**

### **Entrevista semiestruturada realizada com o Contador da Cúria**

- 1) Como é o organograma da Igreja Católica?
- 2) Qual a diferença entre Mitra, Diocese, Paróquia e Capela?
- 3) Como se dá a constituição de uma Igreja?
- 4) Como se dá a constituição de uma Paróquia?
- 5) Por que há uma rotatividade de padres nas paróquias?
- 6) Qual a definição de Cúria e qual o papel que desenvolve?
- 7) Qual é o tipo de orientação dada às pessoas responsáveis pela elaboração dos documentos exigidos?
- 8) Os padres são preparados para administrar? Aprendem algo a respeito no Seminário?

## **APÊNDICE B**

### **Entrevista semiestruturada com o Pároco**

- 1) Como é o organograma da igreja católica? Há um organograma administrativo e outro religioso?
- 2) O que é necessário para a criação de uma paróquia?
- 3) O pároco é o presidente da CAEP e, juntamente com o tesoureiro exercem uma função administrativa importante: de escrituração, de elaboração de relatórios e de concordância com as normas contábeis (conforme o Regimento). Qual a importância da profissionalização/conhecimento técnico do tesoureiro voluntário e do próprio Padre?
- 4) A rotatividade de padres nas paróquias atrapalha a política administrativa da mesma?
- 5) A administração paroquial se baseia em documentos? Quais?
- 6) Há um controle rigoroso sobre o patrimônio da Igreja? Utiliza-se de inventários?
- 7) Utilizam-se a depreciação? Quais as taxas aplicadas?
- 8) As paróquias possuem uma boa administração? Por quê? Quais são as divergências e consistências mais repetidas em uma gestão paroquial?

## APÊNDICE C

### Entrevista semiestruturada com o Tesoureiro do CAEP

- 1) Quais os controles de gestão utilizados pela paróquia?
  - ( ) Fluxo de Caixa
  - ( ) Balancete
  - ( ) Inventário
  - ( ) Controle de Contas a Receber e a Pagar
  - ( ) Estoque
  - ( ) Software específico
  - ( ) Controle do Dízimo
  - ( ) Centro de Custos
  - ( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_
- 2) Os controles foram desenvolvidos pelo Contador ou seguiram orientação da Igreja? Foram fornecidos modelos? Observou-se alguma legislação específica (Cód. de Direito Canônico, Regimento do CAEP)?
- 3) Qual a maior dificuldade para a implantação dos controles?
- 4) Existe algum órgão ou pessoa que fiscalize a paróquia?
- 5) Quais são as Demonstrações elaboradas?
  - ( ) Balanço Patrimonial
  - ( ) Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício
  - ( ) Relatório de Atividades
  - ( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_
- 6) A quem se destinam as demonstrações? São publicadas? Aonde? Qual a periodicidade? Constan Notas Explicativas?
- 7) Utilizam o trabalho voluntário? Qual o proceder da Contabilidade a respeito?
- 8) Existe um Plano de Contas Padrão? Baseou-se em algum outro?
- 9) Utiliza-se de algum software específico para a gestão da paróquia? Há o alcance das Comunidades? Como são repassadas as informações?







